REVISTA EDUCAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA
VOLUME 20 (2023) PPGE/UNESA. RIO DE JANEIRO.

https://doi.org/10.5935/2238-1279.20230061

As Práticas Sociais na Abordagem Estrutural da Teoria das Representações Sociais: Histórico, conceitos e interfaces com a educação

Social Practices in the Structural Approach of the Theory of Social Representations: History, Concepts, and Interfaces with Education.

Les Pratiques Sociales dans l'Approche Structurale de la Théorie des Représentations Sociales : Histoire, Concepts et Interfaces avec l'Éducation.

Álvaro Rafael Santana Peixoto
Universidade Estácio de Sá
E-mail:alvarorafael.peixoto@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1480-7919

Rafael Moura Coelho Pecly Wolter
Vínculo institucional: Universidade Federal do Espírito Santo
E-mail: rafaelpeclywolter@gmail.com
Orcid: 0000-0003-1633-2141

RESUMO

Este artigo visa analisar os conceitos da Abordagem Estrutural da Teoria das Representações Sociais acerca das práticas sociais, explorando possíveis contribuições para os estudos em educação. Propomos um percurso que começa nos estudos pioneiros da abordagem estrutural nas décadas de 1960 e 1970, que exploravam a relação entre representações e comportamentos. Examinamos as influências da psicologia social de vertente cognitivista e os questionamentos que essa influência sofreu na crise da psicologia social. Em seguida, adentramos a abordagem estrutural para tratar as representações como condições das práticas e as práticas como agentes de transformação das representações. Investigamos o conceito de práticas sociais, incluindo suas definições, atributos e métodos de pesquisa relacionados. Concluímos abordando as possíveis contribuições da abordagem à análise das práticas educativas e às pesquisas em educação.

Palavras-chave: Práticas Sociais. Representações Sociais. Abordagem Estrutural. Práticas Educativas. Revisão de Literatura

ABSTRACT

This article aims to analyze the concepts of the Structural Approach of the Theory of Social Representations regarding social practices, exploring potential contributions to educational

studies. We propose a journey that begins with the pioneering studies of the structural approach in the 1960s and 1970s, which explored the relationship between representations and behaviors. We examine the influences of cognitive psychology within social context and the questions this influence faced during the crisis of social psychology. Subsequently, we delve into the structural approach to address representations as conditions of practices and practices as agents of transformation of representations. We investigate the concept of social practices, including their definitions, attributes, and related research methods. We conclude by addressing the potential contributions of the approach to the analysis of educational practices and to education research.

Keywords: Social Practices. Social Representations. Structural Approach. Educational Practices. Literature Review.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar los conceptos de la Abordagem Estrutural de la Teoria das Representações Sociais sobre las prácticas sociales, explorando posibles contribuciones a los estudios en educación. Proponemos un recorrido que comienza en los estudios pioneros de la abordagem estrutural en las décadas de 1960 y 1970, que exploraban la relación entre representaciones y comportamientos. Examinamos las influencias de la psicología social de enfoque cognitivista y los cuestionamientos que esta influencia enfrentó durante la crisis de la psicología social. A continuación, nos adentramos en la abordagem estrutural para tratar las representaciones como condiciones de las prácticas y las prácticas como agentes de transformación de las representaciones. Investigamos el concepto de prácticas sociales, incluyendo sus definiciones, atributos y métodos de investigación relacionados. Concluimos abordando las posibles contribuciones de la abordagem a la análisis de las prácticas educativas y a las investigaciones en educación.

Palabras clave: Prácticas Sociales. Representaciones Sociales. Enfoque Estructural. Prácticas Educativas. Revisión de Literatura.

RÉSUMÉ

Cet article vise à analyser les concepts de l'Approche Structurale de la Théorie des Représentations Sociales concernant les pratiques sociales, en explorant d'éventuelles contributions aux études en éducation. Nous proposons un parcours qui débute avec les études pionnières de l'approche structurale dans les années 1960 et 1970, qui explorent la relation entre représentations et comportements. Nous examinons les influences de la psychologie sociale de tendance cognitiviste et les questionnements auxquels cette influence a été soumise lors de la crise de la psychologie sociale. Ensuite, nous abordons l'approche structurale pour traiter les représentations comme conditions des pratiques et les pratiques comme agents de transformation des représentations. Nous investiguons le concept de pratiques sociales, y compris leurs définitions, attributs et méthodes de recherche associées. Nous concluons en abordant les éventuelles contributions de l'approche à l'analyse des pratiques éducatives et à la recherche en éducation.

Mots-clé: Pratiques Sociales. Représentations Sociales. Approche Structurale. Pratiques Éducatives. Revue de Littérature.

Introdução

Este artigo tem como objetivo revisar e analisar os conceitos da Abordagem Estrutural da Teoria das Representações Sociais (TRS) (MOSCOVICI, 2012/1961; ABRIC, 1976; 1994) sobre a relação entre representações e práticas e explorar algumas possíveis contribuições para os estudos em educação. Para esse propósito, examinaremos primeiro o início da abordagem estrutural e seus estudos experimentais até suas formulações teóricas para as relações entre representações e práticas. Concluiremos com reflexões acerca da pertinência da visão estruturalista das práticas para o campo da educação.

As representações sociais são teorias ingênuas, oriundas do senso comum, que versam sobre objetos sociais de relevância para um grupo específico (MOSCOVICI, 1982). Enquanto o universo reificado de conhecimento produz teorias científicas, o universo consensual dá origem às representações sociais (MOSCOVICI, 2003). O universo consensual não se restringe a criar teorias, como Serge Moscovici (2012/1961, p. 48) afirma: "Todo conhecimento, é óbvio, pressupõe uma prática, uma atmosfera que lhe é própria e que lhe dá corpo e, sem dúvida, um papel particular do sujeito conhecedor". Assim, a prática se configura como a manifestação concreta da representação, sua expressão no contexto tangível, transformando o conhecimento grupal em um "saber prático" (JODELET, 1989a).

As práticas sociais são sistemas estruturados de ações, compartilhados e executados por grupos sociais. São um conceito histórico e social, mantendo consistência ao longo do tempo. As práticas operam como interface entre a realidade tangível e as representações sociais, validando-as ou transformando-as. Podem ser classificadas por estarem de acordo ou não com as normas sociais ou segundo sua frequência de ocorrência. Assumem diferentes objetivos e múltiplas formas de realização (PEIXOTO, 2023).

A relação entre os conceitos de representações e práticas não é um ponto pacífico. Wolfgang Wagner (1993; 1994) discute a natureza dessa relação afirmando que muitos estudos da TRS tratam as representações (variável independente) como causa das práticas (variável dependente). O autor atribui essa visão causal à influência predominante da psicologia cognitiva, a qual geralmente postula a

cognição como antecedente do comportamento, promovendo a ideia de um "comportamento pensado".

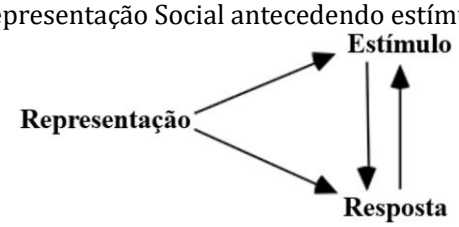
Efetivamente, a relação entre o pensamento e o comportamento ocupou uma posição central no âmbito da psicologia social psicológica, particularmente a que possui enfoque cognitivista. Teorias como das Atitudes (ALLPORT, 1954; ZNANIECKI; THOMAS, 1918) e do Comportamento Planejado (AJZEN, 1985; KAN; FABRIGAR, 2017) afirmaram a influência do pensamento no comportamento. Já a teoria da Dissonância Cognitiva (FESTINGER, 1962) e sua vertente radical (BEAUVOIS; JOULE, 1996) estudavam, dentre outros aspectos, a afetação do pensamento pelo comportamento. Wolfgang Wagner (1993; 1994) argumentou que as explicações da psicologia social psicológica sobre a relação entre pensamento e comportamento culminaram em dois postulados:

- O pensamento causa o comportamento (o sujeito faz A porque pensa B)
- O comportamento causa o pensamento (o sujeito pensa B porque fez A)

O primeiro postulado (o pensamento causa o comportamento) marcou significativamente a psicologia social e, segundo Wagner (1993; 1994), levou a numerosos equívocos em pesquisas na TRS. O postulado do "comportamento pensado" levou a uma série de estudos que concebem as representações como filtros cognitivos, supostamente filtrando os estímulos externos e gerando respostas comportamentais. Moscovici (1984) aponta o erro dessa concepção afirmando que a representação não funciona como intermediário cognitivo entre o estímulo e a resposta, mas antecede ambos, conforme o seguinte esquema de Wagner (1993):

O próprio Moscovici (1984) evidencia o equívoco dessa perspectiva, ao afirmar que a representação não desempenha o papel de intermediário cognitivo entre o estímulo e a resposta, mas precede ambos, como ilustrado na Figura 1 abaixo:

Figura 1 – Representação Social antecedendo estímulo e resposta



Fonte: (MOSCOVICI, 1984)

Afirmar que a representação precede o estímulo e a resposta é uma forma de distanciar o conceito da psicologia cognitiva, ao mesmo tempo que enfatiza a importância grupal sobre a percepção individual. Considerando a proposição de Moscovici (1984), Wagner (1993; 1994) sustenta que as práticas não são causadas pelas representações, mas as ilustram, de modo que tanto a expressão verbal quanto a prática não verbal veiculam o conhecimento representacional.

Apesar das perspectivas de Moscovici (1984) e de Wagner (1993; 1994), a TRS ainda é fortemente marcada pelas concepções individualizantes. Isso ocorre porque a TRS surge na década de 1960 sofrendo influências dos postulados da psicologia social cognitiva. O cognitivismo influenciou o próprio surgimento da Teoria do Núcleo Central (ABRIC, 1976), a principal teorização da abordagem estrutural.

Os estudos primordiais da abordagem estrutural

Durante a década de 1960 até a primeira metade dos anos 1970, uma série de experimentos marcou o estágio inicial do desenvolvimento da TRS (ABRIC *et al.*, 1967; APFELBAUM, 1966; FAUCHEUX; MOSCOVICI, 1968; ABRIC; KAHAN, 1972; ABRIC; VACHEROT, 1976; CODOL, 1968; 1969; 1974). Esses experimentos visavam estudar o efeito das representações sobre os comportamentos. Frisamos que nesse momento as práticas sociais ainda não haviam surgido como conceito dentro da TRS e os experimentos manipulavam diferentes tipos de representações como variável independente que causavam estratégias comportamentais, estas, por sua vez, eram consideradas variáveis dependentes.

Para esses estudos eram utilizadas situações experimentais de jogos, muito comuns nos estudos da psicologia cognitiva à época (RAPOPORT; ORWANT, 1962). O jogo mais utilizado nos estudos experimentais do início da teoria foi o dilema do prisioneiro. O dilema do prisioneiro é operacionalizado da seguinte forma: Dois indivíduos foram detidos sob suspeita de um roubo, os suspeitos A e B. O crime é passível de uma sentença que varia, podendo chegar a dez anos. Contudo, as evidências não são suficientes para condenar os suspeitos à pena máxima. Nesse

dilema, a única maneira de garantir a condenação é se um denunciar o outro. A polícia isola os dois suspeitos em salas separadas, sem comunicação entre eles. Um acordo idêntico de delação premiada é oferecido aos dois, o que gera as seguintes opções:

- Ambos permanecem em silêncio (cooperam) e recebem a menor pena, 1 ano cada um, por falta de provas.
- Um deles trai o outro (compete) e confessa o crime, enquanto o outro fica em silêncio (coopera). O que competiu sai livre, enquanto o outro fica com uma pena alta, digamos dez anos.
- Se ambos traírem (competem), ambos recebem uma pena moderada, por exemplo, 5 anos cada um.

As possibilidades de ganhos e perdas no dilema do prisioneiro são exemplificadas na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Ganhos e perdas em função das escolhas do participante no dilema do prisioneiro

	Oponente coopera	**Oponente compete**
Participante coopera	Ganho máximo	Perda máxima
Participante compete	Ganho moderado	Perda moderada

Fonte: (WOLTER; SÁ, 2013)

O dilema do prisioneiro ilustra como a busca pelo melhor resultado individual pode gerar um resultado global pior. A estratégia dominante (melhor escolha sem considerar o outro) é competir, ou seja, é a solução de equilíbrio. Mas essa estratégia não leva ao melhor resultado global (cooperação mútua), isso faz com que o dilema do prisioneiro seja um jogo de equilíbrio ineficiente, ou seja, a escolha racional não culmina no melhor resultado geral. Por ser um jogo de equilíbrio ineficiente, o dilema do prisioneiro foi amplamente utilizado na psicologia para examinar decisões de investimento.

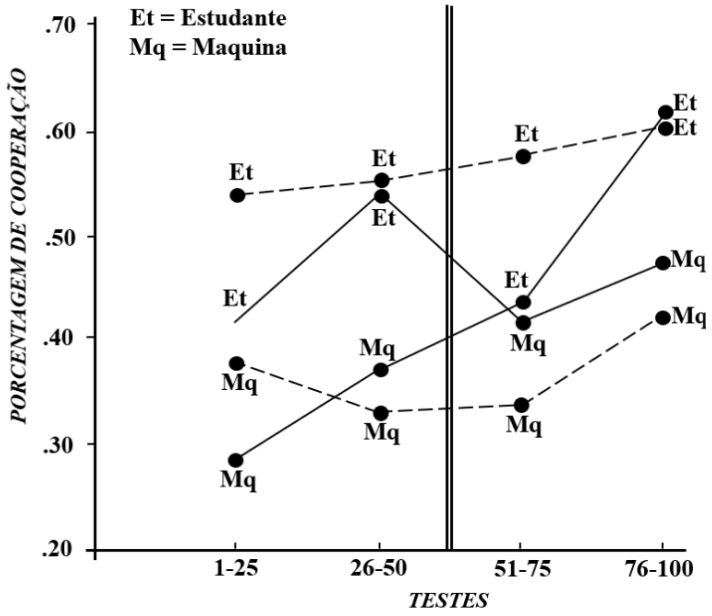
Na TRS o dilema do prisioneiro foi utilizado com o interesse de verificar como três formas de representação (de si, do outro jogador e da própria tarefa) afetavam a estratégia comportamental adotada, ou seja, a escolha entre competir ou cooperar. Não nos aprofundaremos nos diversos experimentos realizados nessa perspectiva,

mas focaremos em um deles que é fundamental para a Teoria do Núcleo Central: um experimento sobre a representação do outro jogador (estudante ou máquina) conduzido por Abric e colaboradores (1967).

Antes da realização do experimento (ABRIC *et al.*, 1967), os pesquisadores verificavam as representações que os participantes possuíam sobre os estudantes e as máquinas (com quem jogariam o dilema do prisioneiro). O parceiro máquina foi descrito como "objetivo", com uma estratégia pré-estabelecida e não suscetível a influências externas. Por outro lado, o parceiro humano foi caracterizado como "subjetivo", sem uma estratégia pré-estabelecida e sujeito a influência. Vale ressaltar que o estudo foi realizado na década de 1960 e a representação sobre máquinas era, possivelmente, significativamente diferente da visão atual.

No experimento, os participantes, todos estudantes, jogavam 100 rodadas do dilema do prisioneiro, distribuídas em duas séries de 50 rodadas cada. Metade dos participantes acreditava estar jogando contra um outro estudante e a outra metade, contra uma máquina. Na metade do experimento, após a conclusão da primeira série de 50 rodadas, ocorria uma inversão de informações para os participantes: os que jogavam contra a máquina passavam a jogar contra os estudantes e vice-versa. O ponto é que os participantes não estavam jogando nem com estudantes e nem com máquinas, apesar de acreditarem nisso. O outro jogador era um pesquisador que sistematicamente optava pela mesma escolha do participante (estratégia "tit for tat"). As hipóteses eram que a representação do “parceiro estudante” favoreceria a cooperação e a do “parceiro máquina” a competição (ABRIC *et al.*, 1967; ABRIC, 1982). Essas hipóteses foram confirmadas nos resultados ilustrados na Figura 2 abaixo:

Figura 2 – Escolhas cooperativas em função da representação do parceiro máquina ou estudante



Fonte: (ABRIC, 1982)

NOTA: A linha pontilhada se refere ao grupo controle

Os resultados indicam que os participantes tendem a cooperar mais quando acreditam estar jogando com estudantes. Esse padrão se mantém, mesmo quando os dois supostos parceiros de jogo apresentam respostas idênticas, ou seja, o que causa a estratégia de cooperar ou competir é a representação do parceiro e não o seu comportamento factual. A ideia de "responsividade" é central na representação do parceiro e na determinação do comportamento em relação a ele (ABRIC, 1982). A perspectiva de que existem uma ideia central, que se sobrepõe a outras na determinação do comportamento influenciou a concepção da Teoria do Núcleo Central nas décadas subsequentes. No entanto, para traçar o percurso do início experimental até o estudo das práticas pela abordagem estrutural, precisamos tratar de outas influências.

Na década de 1970 temos o auge do que Robert Farr (2010) denomina de crise da psicologia social, marcada por teorias e concepções emergentes que criticavam as abordagens individualizantes e o enfoque cognitivista na psicologia social. As pesquisas experimentais também passaram a ser criticados por não abarcarem de modo satisfatório os contextos sociais reais. Outro aspecto a ser considerado é que os estudos experimentais também pareciam observar ainda as representações de forma bastante próxima ao conceito de cognição, o que é

compreensível dada a recenticidade da teoria. Além disso, essas pesquisas consideravam estratégias comportamentais desligadas do contexto e não as práticas sociais ocorrendo em contextos sociais reais e específicos.

Uma contribuição significativa é a tese de doutorado de Denise Jodelet (1985), que se desobrou na obra "Loucuras e Representações Sociais" (1989b). No seu estudo da comunidade de Ainay-le-Château, Jodelet identificou, entre outros resultados relevantes, que nem todas as concepções do grupo de famílias que acolhiam os "loucos" eram expressas verbalmente, algumas delas apenas se manifestavam por meio das práticas. Por exemplo, as famílias declaravam que a loucura não era contagiosa, mas adotavam a prática de isolar os utensílios de alimentação e a roupa de cama utilizada pelos "loucos", evitando o uso por outros membros da família.

O estudo de Jodelet foi apontado como padrão a ser seguido no estudo das práticas sociais, recebendo reconhecimento de autores como Flament (1994) e Wagner (1993), dentre outros. O primeiro ponto a ser destacado é a necessidade de realizar estudos praxeodiscursivos em representações, uma vez que certos aspectos representacionais podem ser omitidos na expressão verbal. O segundo aspecto é o da necessidade de observar contextos sociais reais e o impacto desse aspecto é evidenciado em pesquisas clássicas da perspectiva estrutural, como os de Guimelli (1989; 1994) e de Andriamifidisoa (1982).

É no contexto da emergência de novos paradigmas da psicologia social sociológica que a abordagem estrutural começa a conceitualizar as práticas sociais na segunda metade da década de 1980. O auge dos estudos das práticas nessa abordagem acontece no início da década de 1990, culminando nas publicações dos livros "Pratiques sociales et représentations" por Jean-Claude Abric (1994) e "Structures et transformations des représentations Sociales" por Christian Guimelli (1994). Destacamos também os capítulos e artigos de Claude Flament (1987; 1989; 1994; 2001) e de Michel-Louis Rouquette (1998; 2000; 2003) sobre o tema. É principalmente com base nas obras desses autores do grupo de Midi (Flament, Rouquette, Guimelli e Abric) que formularemos a próxima seção sobre o conceito de práticas sociais e sua relação com as representações.

As representações como condição das práticas

A Teoria do Núcleo Central postula que os cognemas das representações se estruturam em um arranjo bifásico composto por núcleo central e sistema periférico (SÁ, 2015; ABRIC, 1994; CAMPOS, 2012). As ideias do núcleo estão ligadas à memória e à identidade do grupo, são ideias abstratas e inegociáveis. Por sua vez, as ideias do sistema periférico são mais flexíveis e evolutivas, adaptando-se às circunstâncias e modulando as ideias do núcleo central conforme as demandas contextuais.

O núcleo central atribui significado ao objeto de representação, sendo caracterizado por sua e consensualidade no compartilhamento de suas ideias. Enquanto isso, o sistema periférico atua como protetor do núcleo, sendo flexível, adaptável e abarcando diferenças interindividuais. Em resumo, essa estrutura dual permite que as representações contenham de maneira simultânea ideias consensuais e nuances individuais, mantendo igualmente a capacidade de serem tanto inflexíveis quanto maleáveis, abstratas e condicionadas (SÁ, 2015).

Para Flament (1994), as cognições de uma representação social desempenham um papel duplo, tanto descritivo quanto prescritivo. Em outras palavras, a representação não só descreve o objetivo, mas é um saber prático que também instiga práticas em relação a esse objetivo. Por exemplo, consideremos o cenário de uma escola, onde um professor comunica à sua turma: "A avaliação será difícil.". Nesse contexto, o professor não apenas descreve a avaliação, mas simultaneamente prescreve aos alunos que se preparem adequadamente para enfrentá-la. As dimensões descritivas e prescritivas, embora possam parecer dissociadas no discurso, permanecem interligadas nas representações sociais (FLAMENT, 1994). Dessa maneira, as representações sociais são formadas de prescritores que se dividem, na abordagem estrutural, em prescritores absolutos (do núcleo central) e condicionais (do sistema periférico).

Os prescritores são a “totalidade das modalidades das quais uma ação é suscetível de ser afetada: é preciso fazer...; podemos fazer...; é desejável que se faça...” (FLAMENT, 2001, p. 44). Flament (2001) afirma que o prescritor é norma, com o prescritor absoluto constituindo uma norma independente de qualquer situação,

enquanto o condicional é uma norma situacional. Sobre isso, Campos (2017, p. 42) afirma que as

> representações sociais funcionam como uma norma social [...] autorizando o que é considerado como "obrigatório" para se definir o objeto ou se relacionar com ele, o que é "comum" (frequente), "eventual" (excepcional) e o que é "inaceitável", "anormal" (contra a norma do grupo para o objeto em questão)

As prescrições da representação assumem forma de esquemas normativos, indicando possibilidades de ação em relação a um objeto, ou seja, definindo o que é considerado uma prática normal (FLAMENT, 1994). Os esquemas normativos dos prescritores condicionais operam de acordo com a seguinte lógica: "em situação *S*, é/ não é (possível, desejável e obrigatório) fazer *C*".

O membro do grupo que age em desacordo com um esquema normal terá de justificar sua prática contra-normativa, ou então enfrentar as sanções de tê-la performado (ABRIC, 1994). Retomando o exemplo da escola, tomemos como referência o seguinte esquema normativo: quando um aluno provoca tumulto na sala de aula, é desejável que o professor o repreenda. Entretanto, se o professor, em vez de repreender verbalmente o aluno, recorre à agressão, estará sujeito a sérias consequências profissionais, além de enfrentar as punições impostas pelos demais membros de seu grupo.

Assim, a representação social não causa a prática normativa, mas sua prescrição encontra-se refletida nela. Por sua vez, a prática normativa é a concretização da representação em uma condição específica, considerando que a prática nunca é desvinculada de uma situação (FLAMENT, 1994). Em essência, esse tipo de prática emprega corpo à representação social.

Dado que as práticas estão sempre ligadas a um contexto ou condição, é crucial de tratar desse aspecto. Em contextos mais normativos, as sanções para práticas que vão contra as normas são mais severas, e os indivíduos têm menos possibilidades de ação, em outras palavras, os prescritores informam o que é imperativo ou proibido. Em situações menos normativas, os indivíduos dispõem de maiores possibilidades de ação, com os prescritores indicando o que é desejável ou não em vez de impor obrigatoriedades. Por exemplo, consideremos uma situação de

aplicação de prova: nesse cenário, os alunos terão opções de agir mais restritas, não sendo permitido que conversem com seus colegas ou se levantem de suas carteiras. Por outro lado, durante o recreio, terão à disposição uma variedade considerável de escolhas para as suas práticas (CODOL, 1975).

Observamos que a representação dispõe em seus prescritores informações sobre o contexto e a prática adequada, antecipando assim o estímulo e a resposta. Através desse processo, a representação economiza o processamento cognitivo para os indivíduos, que não necessitam avaliar minuciosamente cada situação antes de agir, uma vez que contam com esquemas normativos pré-existentes. Ao orientar o que é ou não plausível de se fazer, as representações são condições para as práticas normativas (ROUQUETTE, 1998; 2003), que por sua vez ilustram as representações no contexto imediato.

Contudo, as práticas contra normativas estabelecem outro tipo de relação com as representações sociais. Elas desempenham o papel de agentes de transformação das representações sociais (ROUQUETTE, 1998; 2003).

As práticas como agentes de transformação das representações

A prática contra normativa não é condicionada pelo pensamento grupal, surge em resposta a um evento externo à representação (FLAMENT, 1994). A prática contra normativa é aquela que é diretamente contrária a um esquema normativo da representação. Esse tipo de prática pode contradizer os prescritores absolutos, exigindo que ele mude, alterando todo o significado da representação. Nesse contexto, o sistema periférico, que desempenha o papel de proteger o núcleo central, é acionado e coloca em jogo os esquemas de "negação" (WOLTER; ROUQUETTE, 2010) e "estranho" (FLAMENT, 1987; 1989).

As estruturas de negação têm como objetivo impossibilitar a inscrição de uma nova prática contra normativa nos prescritores da representação. São esquemas prontos para negar a nova prática contra normativa, para isso, eles lembram o normal, designam o elemento estranho (prática contra normativa), afirmam a contradição entre o normal e o elemento estranho e, por fim, negam o elemento estranho. Ao negar a incorporação da nova prática, o esquema de negação

impede o risco de alteração nos prescritores absolutos e no significado da representação. A Tabela 2 abaixo ilustra o esquema de negação:

Tabela 2 - Funcionamento do esquema de negação

Esquema de negação	Componentes
Professores não devem agredir um aluno	Lembrança do normal
Professor x agride um aluno	Designação do elemento estranho
Um professor não pode agredir um aluno e o professor x agrediu	Afirmação da contradição
Logo, esse sujeito não é professor de verdade	Negação do elemento estranho

Fonte: elaboração propria, adaptada (WOLTER; ROUQUETTE, 2010)

Já o esquema estranho, por outro lado, viabiliza a assimilação das novas práticas contra normativas nos prescritores condicionais, um status normativo de caráter temporário. Esse esquema afirma que é possível realizar a nova prática, mas somente por um bom motivo (FLAMENT, 1987; 1989). Um exemplo disso ocorreu durante a pandemia de Covid-19, quando o processo de alfabetização teve que ser conduzido remotamente nas escolas, contradizendo um prescritor da representação, que indica que normalmente a alfabetização deve ser realizada presencialmente. Contudo, existia um bom motivo (a necessidade de conter a pandemia) para legitimar temporariamente o ensino à distância. Assim, essa nova prática foi incorporada ao preceito condicional seguindo a seguinte lógica: Na alfabetização é desejável que o aluno esteja assistindo a aula presencialmente, no entanto pela situação temporária da pandemia que acarreta à saúde, é possível que o aluno seja alfabetizado à distância.

Os processos desencadeados pelo esquema estranho são: lembra o normal, designa o elemento estranho (prática contra normativa), afirma a contradição entre o normal e o elemento estranho e, por fim, propõe racionalização que permita sustentar a contradição (FLAMENT, 1987; 1989). A Tabela 3 abaixo apresenta o funcionamento do esquema estranho:

Tabela 3 - Funcionamento do esquema estranho

Esquema estranho	Componentes
A alfabetização deve ser feita de modo presencial	Lembrança do normal
A escola adotou regime remoto durante a pandemia	Designação do elemento estranho
A alfabetização não pode ser realizada remotamente	Afirmação de uma contradição
Como a pandemia é um grande risco, podemos para nos protegermos alfabetizar remotamente	Racionalização que permite sustentar a contradição

Fonte: elaboração propria, adaptada (FLAMENT, 1989)

O esquema estranho, por sua vez, mantém a contradição entre a nova prática e os preceitos absolutos somente em caráter temporário. A depender do bom motivo empregado para normalizar a nova prática, a representação pode sustentar por maior ou menor tempos uma mudança apenas no sistema periférico, preservando o núcleo central (FLAMENT, 1994). Contudo, caso a mudança externa que origina a nova prática perdure ao longo do tempo, e sustentar a consistência diacrônica e sincrônica dessa prática, as defesas do sistema periférico podem não funcionar. Nesse caso, os prescritores absolutos precisam se adaptar e temos uma transformação no núcleo central e, portanto, no significado da representação.

A dinâmica representacional inicia-se com uma transformação externa à própria representação, impulsionando a necessidade de adotar novas práticas em oposição aos prescritores representacionais. Essas práticas provocam mudanças nos prescritores condicionais, sendo incorporadas pelos esquemas estranhos. Quando os prescritores condicionais não sustentam mais a contradição entre prescritores absolutos e as novas práticas, os prescritores absolutos são alterados (FLAMENT, 1994; GUIMELLI, 1994). Ocorre então a transformação do núcleo central e do sistema periférico, ou seja, da representação sobre o objeto. A Tabela 4 abaixo ilustra o processo de dinâmica representacional:

Tabela 4 - Dinâmica da transformação das representações sociais pelas práticas

Modificação das circunstâncias externas
↓
Modificação das práticas sociais
↓
Modificações dos prescritores condicionais
↓

Modificações dos prescritores absolutos
Fonte: (FLAMENT, 1994)

As práticas contra normativas são agentes de transformação da representação social (ROUQUETTE, 1998; 2003). Uma vez que essas práticas emergem como resposta a mudanças no ambiente externo, elas atualizam a representação para refletir as evoluções históricas e sociais que ocorrem no ambiente psicossocial. Essas transformações podem ser de três tipos diferentes: progressiva, resistente e brutal.

A transformação progressiva não é desencadeada por práticas contra normativas, mas sim por práticas inabituais. As práticas inabituais não atacam a normatividade dos prescritores representacionais, apenas propõem novos modos de fazer e que transformam esses prescritores. Já a transformação resistente ocorre quando o sistema periférico tenta abarcar a nova prática nos prescritores condicionais (esquema estranho) e proteger o núcleo, porém sem alcançar sucesso. Já a transformação brutal acontece quando a mudança externa à representação é tão significativa que o sistema periférico nem consegue lançar mão de suas defesas e o núcleo central é diretamente alterado (CAMPOS, 2012). Em situações extremas, caso o núcleo central se modifique de uma forma para parte do grupo e de outras formas para outras partes do grupo, podemos dizer que a representação social do grupo acerca do objeto desapareceu.

Tendo tratado então da mútua influência entre as representações e as práticas, chegamos à visão proposta por Rouquette (1998, p. 43) de que "(...) convém tomar as representações como uma condição das práticas, e as práticas como um agente de transformação das representações.". Acrescentamos apenas que as representações parecem ser condição para as práticas normativas, enquanto as práticas contra normativas são agentes de transformação das representações (PEIXOTO, 2023). Tanto as práticas normativas quanto as contra normativas realizam interface entre as representações e o mundo concreto (FLAMENT, 1994; 2021), onde as práticas normativas corporificam as representações e as contra normativas atualizam o conhecimento representacional de acordo com as mudanças históricas e sociais.

Abordamos as práticas em relação às normas sociais inscritas nos prescritores representacionais. Nessa perspectiva as representações sociais operam como sistema normativo (FLAMENT, 1999), e as práticas desempenham o papel de mediadoras desse sistema com o mundo concreto, ilustrando-o ou atualizando-o. É notável aqui a consolidação da transição da perspectiva cognitivista para a social. Isso é visível na ideia do sistema normativo que não está vinculado ao processamento cognitivo individual, mas se fundamenta em esquemas socialmente estabelecidos, tanto para orientar a ação quanto para justificar ações contra normativas. Agora abordaremos o próprio conceito de práticas sociais. Iremos explorar suas definições, características e classificações à luz da abordagem estrutural.

As práticas sociais

Para explorar o conceito de práticas sociais e suas possíveis interações com a educação, recorremos aos comentadores do conceito, cujos trabalhos ganharam destaque, sobretudo, a partir dos anos 2000. Muitos desses comentadores são brasileiros (WOLTER; SÁ, 2013; ALMEIDA *et al.*, 2000; CAMPOS, 2003; 2012; 2017) e o Brasil desempenhou um papel significativo na discussão sobre práticas, inclusive no auge dessa abordagem nos anos 1990, com o artigo de Celso Pereira de Sá (1994) na revista "Papers on Social Representations". Os trabalhos dos comentadores ajudam a moldar o panorama teórico das práticas, enquanto também identificam lacunas para o desenvolvimento teórico.

A primeira questão apontada (ALMEIDA *et al.*, 2000; DANY, 2016) é a imprecisão conceitual das práticas. Com frequência, o termo é utilizado de forma genérica, sem uma definição clara, ou até mesmo como sinônimo de comportamento. Para tentar dar conta dessa lacuna apresentamos a Tabela 5 abaixo, que reune definições do conceito de práticas:

Tabela 5 - Dinâmica da transformação das representações sociais pelas práticas

Definições das práticas sociais

Definições	Referências

"As práticas sociais são sistemas de ação socialmente estruturados e instituídos em relação com os papéis"	(JODELET; MOSCOVICI, 1990, p.287)
"Práticas sociais são ações sociais ritualizadas (...). Práticas sociais são ações comuns criadas e recriadas periodicamente. Elas empregam unidade e personalidade a uma comunidade.	(ECHEBARRIA; GONZALEZ, 1993)
"Sistemas complexos de ações socialmente investidos e que obedecem a questões social e historicamente determinadas"	(ABRIC, 1994, p. 7).
"Conjuntos de comportamentos realizados por e para grupos sociais."	(MOLINER, 1998, p. 63).
"A ação inserida na vida social que regula a legitimidade e validade do pensamento"	(FLAMENT; ROUQUETTE, 2003 p. 56).
"Práticas sociais são, de alguma forma, a interface entre circunstâncias externas e prescritores internos"	(FLAMENT, 1994, p. 63)
"um conjunto de ações realizadas por grupos sociais que possuem uma característica de totalidade, no sentido de que ações aparentemente isoladas se relacionam entre si e formam um todo"	(WOLTER; PEIXOTO, 2021, p.85)

Fonte: elaboração propria, adaptada (DANY, 2016)

Observamos, com base nas definições apresentadas, que o conceito de práticas reúne as seguintes características:

- As práticas são conjuntos de ações, não ações isoladas (totalidade);
- ocorrem de repetidamente ao longo do tempo (ações ritualizadas; consistência diacrônica);
- São moldadas histórica e socialmente;
- São executadas por grupos sociais (compartilhamento; consistência sincrônica);
- Determinam a validade das representações sociais no mundo concreto;
- Funcionam como interface entre as representações e o mundo real
- São estabelecidas em relação às normas (prescritores condicionais e absolutos).

Essas características diferenciam as práticas de comportamentos atomizados. Observando ainda pela abordagem estrutural, a prática em si é uma estrutura formadas de unidade de ação, denominadas por Wolter (no prelo) de

actemas, as menores unidades de ação. Esses actemas estão interligados formando a prática social. Por exemplo, imaginemos a prática de dar aula, ela é formada por uma série de actemas realizados no grupo (como escrever no quadro, usar slides, manter a disciplina dos alunos, organizar a disposição das carteiras, etc.), que se conectam e compõem uma prática.

As práticas sociais apresentam diversas maneiras de serem executadas (prática como modo de fazer de Rouquette (1998)). Por exemplo, professores podem escolher dar aula em uma formação tradicional, com separação entre o lugar do professor e dos alunos, ou organizar a turma em círculo, dois modos diferentes de executar a mesma prática. As práticas também podem ser observadas em relação aos seus objetivos (prática como cálculo de Rouquette (1998; 2003)), tendo em vista que as práticas performadas sempre visam uma afetação do mundo concreto (práticas normativas), ou são uma resposta a ele (práticas contra normativas). Por exemplo, os professores podem adotar diferentes formas de lecionar, mas o propósito permanece o mesmo: transmitir o conteúdo e ensinar.

Podemos observar também as práticas de acordo com a sua frequência de realização (ROUQUETTE, 1998; FLAMENT, 1994), lembrando que a prática nunca se trata de um comportamento isolado. Podemos dividir um grupo social entre os indivíduos que já performaram e nunca performaram uma determinada prática (passagem ao ato). Por exemplo, podemos pensar em professores que nunca deram aula no ensino superior em contraposição àqueles que já ministraram aulas nesse nível. Podemos ainda pensar na frequência de uma prática (prática como recorrência), considerando que existem práticas habituais e inabituais. Por exemplo, podemos pensar em instituições de ensino que regularmente adotam o ensino remoto, em contraste com aquelas que o empregam somente em situações excepcionais.

Como já citamos, as práticas podem ser observadas de acordo com sua relação com as normas. Neste artigo, adotamos a perspectiva de que o aspecto normativo é o mais determinante na interação entre práticas e representações. Ressaltamos a importância de se estudar o contexto social no qual as práticas

ocorrem, pois ele extremamente relevante para determinar a liberdade de ação dos grupos (CAMPOS, 2017)

Outro aspecto apontado pelos comentadores das práticas (ALMEIDA *et al.*, 2000) é o metodológico. Alguns estudos sobre práticas as investigam através da aplicação de questionários, ou de entrevistas, muitas vezes negligenciando a observação direta das próprias práticas. Isso acarreta um problema, pois como aponta Flament (1994), os prescritores que são veiculados no discurso nem sempre são os mesmos que orientam as práticas. Esse viés discursivo também é evidenciado no estudo de Jodelet (1989b), mencionado anteriormente, onde a autora observa aspectos representacionais que não são manifestos verbalmente, mas apenas nas práticas.

Ressaltamos que os estudos sobre representações sejam abordados de maneira praxeodiscursiva (FLAMENT, 1994; WAGNER, 1993), o que significa que devem abranger a coleta tanto dos dados verbais quanto dos dados discursivos. Mais do que isso, como consideramos que o contexto modula as práticas, é necessário observar as práticas em contextos diversos, para compreender de forma abrangente de uma representação e de sua dupla estrutura.

Até este ponto, nossa intenção foi oferecer uma visão geral sobre algumas conceituações da abordagem estrutural sobre as práticas e sua relação com as representações. Naturalmente, não é possível contemplar todos os conceitos dessa abordagem, o que nos levou a selecionar aqueles mais pertinentes para uma exposição concisa. Procuramos ilustrar os conceitos apresentados por meio de situações educacionais, evidenciando as oportunidades que a abordagem estrutural oferece para a reflexão sobre práticas educativas.

Considerações Finais

A Teoria das Representações Sociais e sua abordagem estrutural não se limitam a estudar um tema único. Suas concepções e métodos foram aplicadas em diversas áreas e campos, incluindo saúde, educação, religião e outros (SÁ, 2015). Para ilustrar as possibilidades de integração dessa abordagem com a esfera educacional mencionamos a obra de Campos (2003) intitulada “Representações

sociais e práticas educativas" que apresenta capítulos de autores como Rouquette (2003), Abric (2003) e Guimelli (2003).

O termo "prática educativa" abarca uma gama de práticas sociais realizadas na educação, englobando seus diferentes níveis e instituições. Contudo, é crucial evitar o uso generalista desse termo, como se pudesse significar tudo. Em um estudo de representações na área educacional, é necessário definir com precisão as práticas específicas a que nos referimos, identificando os *actemas* que as compõem, os agentes que as executam e os contextos em que ocorrem. É fundamental abordar tanto as práticas educativas normativas, já instituídas e cristalizadas nos pensamentos dos grupos, quanto as práticas contranormativas, que propõem inovações no campo educacional e desafiam os paradigmas estabelecidos.

Sob o ponto de vista metodológico, é de grande relevância resgatar e enfatizar os métodos observacionais. Isso não implica em descartar os questionamentos verbais, mas sim em integrá-los a métodos que envolvam a observação direta das práticas. Ao investigar as representações e práticas educativas, é rele assegurar a coleta tanto de dados verbais quanto práticos, uma vez que ambos ilustram as representações, contribuindo para a construção de um corpus praxeodiscursivo.

Por último, é necessário resgatar e valorizar o conceito de práticas sociais dentro da TRS. Esse campo de estudos foi referido como o "caminho esquecido das representações sociais" por Wolter e Sá (2013). No entanto, nossa intenção neste artigo foi demonstrar que dentro da abordagem estrutural existem bases teóricas sólidas para ampliar a compreensão das práticas e, por conseguinte, avançar no estudo das representações sociais, o "saber prático".

Referências

ABRIC, Jean-Claude. **Jeux, conflits et représentations sociales**. (Tese de doutorado em Psicologia) – Université de Provence, Aix-en-Provence, 1976.

ABRIC, Jean-Claude. Cognitive Processes Underlying Cooperation: The Theory of Social Representation. In: DERLEGA, Valerian; GRZELAK, Janusz (Org.). **Cooperation and Helping Behavior: Theories and Research**. Cambridge: Academic Press, 1982, 72-94

ABRIC, Jean-Claude. **Pratiques Sociales et représentations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994

ABRIC, Jean-Claude. Abordagem Estrutural das Representações Sociais: Desenvolvimentos Recentes. In: CAMPOS, Pedro Humberto Faria (Org.). **Representações Sociais e Práticas Educativas**. Goiania: Ed. da UCG, 2003, 37-58.

ABRIC, Jean-Claude; FAUCHEUX, Claude; MOSCOVICI, Serge.; PLON, Michel. Rôle de l'image du partenaire sur la coopération en situation de jeu. **Psychologie Française**, v. 12, 267-275, 1967.

ABRIC, Jean-Claude; KAHAN, James. The effects of representations and behavior in experimental games. **European Journal of Social Psychology**, v. 2, n. 2, 129-144, 1972. Doi: 10.1002/ejsp.2420020203

ABRIC, Jean-Claude; Vacherot, G.. Méthodologie et étude expérimentale des relations sociales: tâche, partenaire et comportement en situation de jeu. **Bulletin de psychologie** , v. 29, n. 323, 735-746, 1976.

AJZEN, Icek. From intentions to actions: A theory of planned behavior. In: KUHL, Julius; BECKMANN, Jürgen (Orgs.). **Action-control: From cognition to behavior**. Heidelberg: Springer, 1985, 11-39.

ALLPORT, Gordon. **The Nature of Prejudice**. Londres: Addison-Wesley, 1954

ALMEIDA, Angela Maria; SANTOS, Maria de Fátima; TRINDADE, Zeidi Araújo. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. **Temas em Psicologia**, v. 8, n. 3, 257-267, 2000.

ANDRIAMIFIDISOA, Irène. **La transformation d'une représentation sociale: exemple des relations sociales à Madagascar** (Tese de doutorado em Psicologia) - Université de Provence, Aix-en-Provence, 1982.

APFELBAUM, Evan. Etudes expérimentales du conflit: les jeux expérimentaux. **Année psychologique**, v. 66, n. 2, 599-621, 1966.

BEAUVOIS, Jean Léon; JOULE, Robert-Vincet. **A Radical Dissonance Theory**. Routledge: Taylor & Francis, 1996.

CAMPOS, Pedro Humberto Faria. **Representações Sociais e Práticas Educativas**. Goiania: Ed. da UCG, 2003.

CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Representações Sociais, risco e vulnerabilidade. **Tempus – Actas De Saúde Coletiva**, v. 6, n. 3, 13-34, 2012. Doi: /10.18569/tempus.v6i3.1153

CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Editorial da seção - O estudo das relações entre práticas sociais e representações: retomando questões. **Psicologia e Saber Social**, v. 6, n. 1, 42-46, 2017. Doi: 10.12957/psi.saber.soc.2017.30664

CODOL, Jean-Paul. Représentations de la tâche et comportements dans une situation sociale. **Psychologie Française**, v. 13, n. 3, 204-241, 1968.

CODOL, Jean-Paul. Représentation de soi, d'autrui et de la tâche dans une situation sociale. **Psychologie Française**, v. 14, 217-228, 1969.

CODOL, Jean-Paul. On the system of representations in a group situation**. European Journal of Social Psychology**, v. 4, n. 3, 343-365, 1974. Doi: 10.1002/ejsp.2420040306

CODOL, Jean-Paul. On the so-called 'superior conformity of the self' behavior: Twenty experimental investigations. **European Journal of Social Psychology**, 457-501, 1975. Doi: 10.1002/ejsp.2420050404

DANY, Lionel. From the Study of Social Practices to the Study of Distance. **Papers on Social Representations**, v. 2, n. 6, 1-19, 2016.

ECHEBARRIA, Agustin; GONZALEZ, Jose Luis. Social representations of power and democracy,attitudes towards elections and voting behaviour. **Revue Internationale de Psychologie Sociale**, v. 6, n. 2, 27-46, 1993.

FARR, Robert. **Raízes da psicologia social moderna: (1872-1954)**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

FAUCHEUX, Claude; MOSCOVICI, Serge. Self-esteem and exploitative behavior in a game Against chance and nature. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 8, n. 1, 83–88, 1968. Doi: 10.1037/h0025272

FESTINGER, Leon. Cognitive dissonance. **Scientific American**, v. 207, n. 4, 93–107, 1962. Doi: 10.1038/scientificamerican1062-93

FLAMENT, Claude. Pratiques et représentations sociales. In BEAUVOIS, Jean Léon; JOULE, Robert-Vincet (Orgs.). **Perspectives cognitives et conduites sociales**. Paris: Del Val, 1987, 143-150.

FLAMENT, Claude. Structure et dynamique des représentations sociales. In: JODELET, Denise (Org.). **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989, 204-219.

FLAMENT, Claude. Structure, dynamique et transformation des représentations Sociales. In: ABRIC, Jean-Claude (Org.). **Pratiques Sociales et représentations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994, 33-52.

FLAMENT, Claude. La Représentation sociale comme système normatif. **Psychologie et Société**, v. 1, 29-54, 1999.

FLAMENT, Claude. Pratiques sociales et dynamique des représentations. In MOLINER, Pascal (Org.). **La Dynamique des Représentations Sociales**. Fontaine: Presses Universitaires de Grenoble, 2001, 43-58.

FLAMENT, Claude; ROUQUETTE, Michel-Louis. **Anatomie des idées ordinaires**. Paris: Armand Colin, 2003.

GUIMELLI, Christian. Pratiques nouvelles et transformation sans rupture des représentations sociales: la représentation de l achasse et de la nature. In: BEAUVOIS, Jean

Léon; JOULE, Robert-Vincet (Orgs.). **Perspectives cognitives et conduites sociales: Vol. 2**. Représentations et processos sociocognitifs. Paris: Del Val, 1989, 117-141.

GUIMELLI, Christian. **Structures et Transformations des Representations Sociales**. Paris: Delachaux et Niestlé, 1994.

GUIMELLI, Christian. Transformação das Representações Sociais, Novas Práticas e Esquemas Cognitivos de Base. In: CAMPOS, Pedro Humberto Faria (Org.). **Representações e Práticas Educativas**. Goiânia: Editora da UCG, 2003, 59-80.

JODELET, Denise. **Civils et Bredins, Rapport a la Folie et Representations Sociales de la Maladie Mentale Dans um Milieu Rural** (Tese de doutorado) - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1985.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (Org.). **Les représentations sociales**, Paris: Presses Universitaires de France, 1989a, 31-61.

JODELET, Denise. **Folies et representations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989b.

JODELET, Denise; MOSCOVICI, Serge. Les représentations dans le champ social. **Revue Internationale de Psychologie Sociale**, v. 3, 285–288, 1990.

KAN, Matthew; FABRIGAR, Leandre.. Theory of Planned Behavior. Encyclopedia of Personality and Individual Differences,. In: ZEIGLER-HILL, Virgil; SHACKELFORD, Todd (Orgs.). **Encyclopedia of Personality and Individual Differences**. Berlim: Springer, 2017, 1–8.

MOLINER, Pascal. Dynamique naturelle des représentations Sociales. **Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale,** v. 40, 62-70, 1998

MOSCOVICI, Serge. The Coming Era of Representations. In CODOL, Jean-Paul; Leyens, Jacques (Org.). **Cognitive Analysis of Social Behavior.** Berlim: Springer Dordrecht, 1982, 115-150.

MOSCOVICI, Serge. The phenomenon of social representations. In FARR, Robert; MOSCOVICI, Serge. **Social Representations** Cambridge: Cambridge University, 1984, 3-69.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigação em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **A Psicanálise, sua Imagem e seu Público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

PEIXOTO, Álvaro. **Práticas Sociais na Abordagem Estrutural das Representações Sociais**: Histórico, teoria e aplicação (Tese de Doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

RAPOPORT, Anatol; ORWANT, Carol. Experimental games: A review. **Behavioral Science**, v. 7, n. 1, 1-37, 1962. Doi: 10.1002/bs.3830070102

ROUQUETTE, Michel-Louis. Representações e práticas sociais: Alguns elementos teóricos. In: MOREIRA, Antonia; OLIVEIRA, Denise (Orgs.) **Estudos interdisciplinares de representação social** Goiânia: AB Editora, 1998, 39-46.

ROUQUETTE, Michel-Louis. Représentations et pratiques sociales : une analyse théorique. In: GARNIER, Catherine; ROUQUETTE, Michel-Louis (Orgs.). **Représentations sociales et éducation.** Éditions nouvelles, 2000, 133-142.

ROUQUETTE, Michel-Louis. Paradoxos da Representação e da Ação: Conjunções sem Coordenação. In: CAMPOS, Pedro Humberto Faria (Org.). **Representações e Práticas Educativas**. Goiânia: Editora da UCG, 2003, 81-88.

SÁ, Celso Pereira. Sur les relations entre représentations sociales, pratiques socio-culturelles et comportement. **Papers on Social Representations**, v. 3, n.1, 1-7, 1994.

SÁ, Celso Pereira. **Estudos de Psicologia Social**: História, comportamento, representações e memória. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2015.

WAGNER, Wolfgang. Can Representations Explain Social Behaviour? A Discussion of Social Representations as Rational Systems. **Papers on Social Representations**, v. 2, n. 3, 236-249, 1993.

WAGNER, Wolfgang. The Fallacy of Misplaced Intentionality in Social Representation Research. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 24, n. 3, 243–165, 1994. Doi: 10.1111/j.1468-5914.1994.tb00255.x

WOLTER, Rafael Pecly. As práticas sob um olhar estrutural: de velhos conceitos à uma nova visão, no prelo.

WOLTER, Rafael Pecly; ROUQUETTE, Michel-Louis. « Situations de crise et modes de raisonnement : effets de l'intensité du positionnement sur le choix d'un canevas de raisonnement ». **Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale,** 479-489, 2010. Doi: 10.3917/cips.087.0479

WOLTER, Rafael Pecly; SÁ, Celso Pereira. As relações entre representações e práticas: O caminho esquecido. **Revista Internacional de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 23, n. 1-2, 87-105, 2013.

WOLTER, Rafael Pecly; PEIXOTO, Álvaro. Temporalidade e Pensamento Social. In: NASCIMENTO, Adriano; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid (Orgs.). **Representações Sociais: Campos, vertentes e fronteiras**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021, 79-100.

THOMAS, William.; ZNANIECKI, Florian. **The Polish Peasant in Europe and America**. Vol. 1. Badger: Boston, 1918.

Agradecimentos

Esse estudo foi realizado com apoio de bolsa de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo

Revisores de línguas e ABNT/APA:
Álvaro Rafael Santana Peixoto e Rafael Moura Coelho Pecly Wolter

Submetido em 15/09/2023 **Aprovado em 15/11/2023**

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)